

Um ano vazio para o Congresso

“Vai ser um dos anos mais vazios do Congresso”. A previsão é do secretário-geral da Mesa da Câmara, Paulo Afonso Martins de Oliveira, e tem como base o mais importante acontecimento previsto no calendário político deste ano: as eleições gerais — para a Constituinte e os governos estaduais. “Isso seguramente subverterá a rotina do Legislativo”, prevê Paulo Afonso. Essa rotina, em tempos normais, transforma os 252 dias úteis do ano para o cidadão comum — descontados feriados, sábados e domingos — em 171 dias de trabalho para os parlamentares. O segredo: os três meses e 26 dias de recesso — de cinco de dezembro a 28 de fevereiro e o mês de julho.

Há, porém, uma sólida certeza: as eleições reduzirão quase à metade esses dias úteis. É previsível que os parlamentares só trabalhem de 1º de março — data da reabertura do Congresso — a 30 de junho, quando começa o recesso de julho. Daí a 15 de novembro só há uma preocupação: eleições. Antes do recesso de verão — cinco de dezembro a 28 de fevereiro —, um rápido retorno, para votar o Orçamento da União e outros temas de urgência, a partir de 20 de novembro.

Esse retorno, obviamente, não terá quórum maciço. É improvável que os não-reeleitos estejam preocupados em trabalhar. E a previsão dos especialistas é que as eleições deste ano produzam uma renovação superior a 60% — o que sugere um Congresso vazio na reta final da limpeza de pauta, no final do ano. Ou seja, 1986 não é um ano atípico apenas por ser eleitoral. Segundo Paulo Afonso, as eleições são igualmente atípicas. Ele explica:

— Serão as primeiras eleições gerais, em muitos anos, absolutamente livres e dentro de um pluralismo partidário múltiplo. Isso faz com que cada parlamentar se sinta diante de uma situação absolutamente nova e antecipe sua campanha. E também uma eleição desprovida de qualquer vinculação partidária — é cada um por si mesmo. Antes, com a vinculação, o parlamentar tinha, de alguma for-

ma, o respaldo do partido. Isso acabou. E mais: prevê-se uma eleição caríssima o que certamente absorverá as atenções de deputados e senadores, com larga antecedência.

As eleições passadas — para prefeitura das capitais e municípios até então classificados como de segurança nacional — deram uma pálida amostragem do que será este ano no Congresso. Quem fala é ainda Paulo Afonso: “As eleições de prefeito tinham uma dimensão bem menor que as deste ano. Envolviam apenas indiretamente os parlamentares. O que está em jogo agora é a sobrevivência de cada um. Mas é certo que todos estarão atentos às ur-

gências da pauta de trabalhos — que será digerida antes e depois da campanha”.

Não se sabe, porém, o que ocorrerá com relação ao pagamento dos jetons — gratificação específica para os que comparecem às sessões de plenário, embora seja paga habitualmente aos ausentes. Ano passado, esse velho hábito do Congresso — pagar aos que não trabalham — causou grande alarde junto à opinião pública, indispondo políticos e jornalistas e levando mesmo os presidentes da Câmara e do Senado — Ulysses Guimarães e José Fragelli — a falarem por cadeia nacional de rádio e TV à Nação. O tema acabou esquecido, sem, contudo, qualquer solução. Os jetons continuaram a ser pagos aos ausentes.

Este ano — quando a previsão de ausência é bem mais ampla — o tema certamente ocupará os políticos. É possível que seja ressuscitada uma proposta do PT, que elimina os jetons e transforma os rendimentos do parlamentar num único salário, sujeito à tributação do Imposto de Renda. Os jetons respondem por mais de 70% dos rendimentos dos parlamentares e não sofrem qualquer tributação.

O mais certo, porém, é que o tema seja evitado e tudo continue como está. Não falta quem esteja empenhado nesse sentido. Mesmo os parlamentares que ano passado tomaram iniciativa de denunciar a generosidade dos jetons — entre eles os senadores Itamar Franco (PMDB-MG) e Luiz Cavalcante (PFL-AL) e o deputado José Genoíno (PT-SP) — preferem hoje evitar o tema. Outros — como o senador Odacir Soares (PDS-RO) — entendem que o jeton não se restringe à presença em plenário, mas à atividade parlamentar como um todo, o que inclui necessariamente a participação numa campanha eleitoral. O certo é que um tema puxa o outro: ausência de parlamentares no Congresso e remuneração por essas ausências. E 1986, seguramente, será um ano particularmente incômodo para discutir esse assunto (para os parlamentares, óbvio).